

CASA DO POVO DE RUNA

INSTITUIÇÃO PARTICULAR DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

RELATÓRIO

e

CONTAS

2017

BALANÇO EM 31 de DEZEMBRO de 2017

RÚBRICAS	Notas	Datas	
		2017	2016
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	4	909 346,21	940 561,89
Outros créditos e activos não correntes		554,28	359,93
		909 900,49	940 921,82
Activo corrente			
Inventários	6	1 332,22	2 272,36
Créditos a receber		7 339,69	15 312,86
Diferimentos	10.2	1 484,00	1 081,50
Outros activos correntes	10.3	15 745,07	4 649,43
Caixa e depósitos bancários		24 815,68	21 793,09
		50 716,66	45 109,24
Total do activo		960 617,15	986 031,06
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		1 209 584,90	1 209 584,90
Resultados transitados		-328 604,32	-290 031,37
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais		37 134,52	30 692,13
		918 115,10	950 245,66
Resultado líquido do período		-25 228,39	-38 572,95
Total dos fundos patrimoniais		892 886,71	911 672,71
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	5	7 703,08	18 766,81
		7 703,08	18 766,81
Passivo corrente			
Fornecedores		7 821,20	4 520,12
Estado e outros entes públicos	10.1	5 505,21	4 848,59
Financiamentos obtidos	5	11 063,73	10 241,42
Diferimentos	10.2	8 004,04	8 355,01
Outros passivos correntes	10.3	27 633,18	27 626,40
		60 027,36	55 591,54
Total do passivo		67 730,44	74 358,35
Total dos fundos próprios e do passivo		960 617,15	986 031,06

A Direcção

Paula Maria dos Santos Pereira Jorge
 Maria Manuel Silva Santos Franco
 Humberto Manuel Sebastião Gonçalves
 João Fernando Sebastião Gomes
 Maria de Lurdes Silva
 Manuel Francisco do Vale

O Contabilista Certificado

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA PERÍODO FINDO EM 31 de DEZEMBRO de 2017

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Datas	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados		213 504,39	191 404,07
Subsídios, doações e legados à exploração	8.2	81 714,02	83 910,18
ISS, IP - Centros Distritais		81 714,02	83 869,52
Outros		0,00	40,66
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-91 774,79	-86 431,46
Fornecimentos e serviços externos		-62 999,31	-57 996,60
Gastos com o pessoal	9	-173 950,50	-169 036,57
Outros rendimentos	10.4	45 648,13	35 909,89
Outros gastos		-185,71	-176,99
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		11 956,23	-2 417,48
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-35 356,26	-35 380,60
Propriedades de investimento		-9 344,05	-9 344,05
Activos fixos tangíveis		-26 012,21	-26 036,55
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-23 400,03	-37 798,08
Juros e gastos similares suportados	5	-1 828,36	-774,87
Resultado antes de impostos		-25 228,39	-38 572,95
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado liquido do período		-25 228,39	-38 572,95

A Direcção

Paula Maria dos Santos Pereira Jorge
 Francisco Silva Santos Franco
 Manuel Manuel Sebastião Gomes
 José Fernando Sebastião Gomes
 Maria de Lurdes Silva
 Manuel Francisco B. de Veiga

O Contabilista Certificado



DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

RUBRICAS	Notas	Datas	
		2017	2016
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		243 929,16	222 833,27
Pagamentos a fornecedores		-147 515,76	-145 083,57
Pagamentos ao pessoal		-175 780,67	-165 379,76
Caixa gerada pelas operações		-79 367,27	-87 630,06
Outros recebimentos/pagamentos		89 088,92	82 705,46
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		9 721,65	-4 924,60
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangiveis		-4 434,93	-37 792,72
Outros activos		-194,35	-137,20
Recebimentos provenientes de			
Subsídios ao investimento	8.1	10 000,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		5 370,72	-37 929,92
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	5	0,00	32 250,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	5	-10 241,42	-3 241,77
Juos e gastos similares	5	-1 828,36	-774,87
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-12 069,78	28 233,36
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		3 022,59	-14 621,16
Caixa e seus equivalentes no inicio do período		21 793,09	36 414,25
Caixa e seus equivalentes no fim do período		24 815,68	21 793,09

A Direcção

Paula Maria dos Santos Pereira Jorge
 Manuel Manuel Santos Franco
 Humberto Manuel Sebastião Gomes
 José Fernando Sebastião Gomes
 Maria de Lurdes Silva
 Manuel Francisco B. da Veiga

O Contabilista Certificado



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA
RESPOSTA SOCIAL
2017

RENDIMENTOS E GASTOS	SAD	C D	C C	A S E	Bº Social	Comuns	Total
Vendas e serviços prestados	54 816,33	64 375,07	310,70	89 495,61	0,00	4 506,68	213 504,39
Subsídios à exploração	61 176,00	19 927,80	610,22	0,00	0,00	0,00	81 714,02
ISS, IP - Centros Distritais	61 176,00	19 927,80	610,22	0,00	0,00	0,00	81 714,02
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das mat consumidas	-20 335,82	-23 030,47	-324,25	-48 084,26	0,00	0,00	-91 774,79
Fornecimentos e serviços externos	-14 097,99	-12 527,22	-240,02	-7 820,54	-4 748,14	-23 565,41	-62 999,31
Gastos com pessoal	-95 819,29	-70 544,02	-50,82	-7 536,38	0,00	0,00	-173 950,50
Outros rendimentos	1 985,54	2 060,92	9,07	1 345,10	24 926,80	15 320,70	45 648,13
Outros gastos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-185,71	-185,71
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-12 275,22	-19 737,92	314,90	27 399,55	20 178,66	-3 923,74	11 956,23
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-3 676,51	-3 673,96	-8,04	-1 192,23	-9 344,05	-17 461,47	-35 356,26
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-15 951,74	-23 411,87	306,86	26 207,32	10 834,61	-21 385,21	-23 400,03
Juros e gastos similares suportados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 828,36	-1 828,36
Resultado antes de impostos	-15 951,74	-23 411,87	306,86	26 207,32	10 834,61	-23 213,57	-25 228,39
Imposto sobre o rendimento do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período	-15 951,74	-23 411,87	306,86	26 207,32	10 834,61	-23 213,57	-25 228,39

O Contabilista Certificado

A Direcção
Paula Maria dos Santos Pereira
Francisco Silva Barbosa
Humberto Manuel de Saotens Gonçalves
Ferreira Manuel de Saotens Gonçalves
Margarida Mendes Silva
Manuel Francisco B. da Veiga

ANEXO AO BALANÇO E Á DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

31 de DEZEMBRO DE 2017

1 – Identificação da Entidade

A CASA DO POVO DE RUNA é uma Instituição Particular de Solidariedade Social com sede no Largo 25 de Abril em Runa, Torres Vedras, com o NIF 501 372 237 e Registo 103/99 no livro 07 A S S da DGAS – Despacho 12/03/98 MN.

2 – Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

- 2.1 – A entidade elabora as suas demonstrações financeiras de acordo com as Normas para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) publicadas pelo D L 36-A/2011 de 09 de Março.
- 2.2 – As demonstrações financeiras adoptam pela primeira vez as alterações introduzidas àquele normativo pelo DL nº 98/2015, de 02 de Junho.

3 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o critério base do custo histórico aplicado de forma consistente em todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras e no pressuposto de continuidade da actividade.

3.2 – Principais políticas contabilísticas

a) Activos fixos tangíveis

Pela adopção pela primeira vez das alterações mencionadas no nº 2 as Propriedades de Investimento passaram a estar incluídas nesta rúbrica do activo.

Os activos fixos que compunham o património em 31/12/98 encontram-se registadas a preços de avaliação efectuada para o efeito, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada (em anos):

Edifícios e outras construções: 25 a 50

Equipamento básico 3 a 8

Equipamento de transporte 4

Equipamento administrativo 3 a 8

Outros activos fixos tangíveis 4 a 8

Os terrenos não são depreciables.

c) Inventários

Os inventários são mensurados pelo custo histórico formado pelo preço de aquisição, constante da factura de fornecedor iva incluído, e demais custos necessários à sua disponibilização para consumo.

d) Encargos com férias do pessoal

São considerados como gasto do ano em que o direito a férias é adquirido.

e) Subsídios

Subsídios ao investimento

São reconhecidos no momento em que existe uma certeza razoável que será recebido e que a entidade irá cumprir com as condições associadas à atribuição do subsídio.

São reconhecidos inicialmente nos fundos patrimoniais e registados em resultados numa base sistemática de acordo com a vida útil do activo correspondente.

Subsídios á exploração

São reconhecidos no período a que se refere a sua atribuição

f) Rendimentos e gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de contabilidade em regime de acréscimo.

Os reembolsos de IVA, quando se referem a um activo, são reconhecidos inicialmente em deferimentos e registados numa base sistemática de acordo com a vida útil do activo a que se refere.

g) Impostos sobre rendimentos

À entidade foi reconhecida isenção de imposto sobre o rendimento.

À actividade tributada são aplicáveis os artºs 53º e 54º do CIRC.

h) Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a doze meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

3.3 – Estimativas contabilísticas e erros

i) Durante o exercício de 2017 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas e estimativas.

ii) Os erros materiais relativos a períodos anteriores são reconhecidos em resultados transitados.

Não se verificaram correcções de erros de períodos anteriores..

4 – Activos fixos tangíveis

	Terrenos e rec nat	Edifícios out const	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros	Total
Activo bruto							
Saldo inicial 01/01/2017	160 114,12	1 143 907,17	60 865,73	105 037,66	13 692,97	8 021,22	1 491 638,87
Investimento	0,00	0,00	2 590,18	0,00	1 322,00	0,00	3 912,18
Desinvestimento	0,00	0,00	-998,00	0,00	0,00	0,00	-998,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,50	0,00	0,50
Saldo final 31/12/2017	160 114,12	1 143 907,17	62 457,91	105 037,66	15 015,47	8 021,22	1 494 553,55
Depreciações							
Saldo inicial 01/01/2017	0,00	400 342,72	59 052,77	73 993,51	10 827,18	6 860,80	551 076,98
Depreciações	0,00	22 717,00	3 924,05	6 205,85	2 277,27	232,09	35 356,26
Reversões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desinvestimento	0,00	0,00	-998,00	0,00	0,00	0,00	-998,00
Transferências	0,00	0,00	-227,90	0,00	0,00	0,00	-227,90
Saldo final 31/12/2017	0,00	423 059,72	61 750,92	80 199,36	13 104,45	7 092,89	585 207,34
Valor liquido							
A 31/12/2016	160 114,12	720 847,45	706,99	24 838,30	1 911,02	928,33	909 346,21

4.1 – Investimentos no período

Os investimentos realizados referem-se a:

Equipamento de cozinha = 2590,28 euros

Aquisição de software de gestão de gestão de utentes = 1322,00 euros

4.2 – Desinvestimentos no período

O desinvestimento relatado refere-se ao abate de máquina de lavar roupa que não justificava a reparação.

5 – Custos de empréstimos obtidos

Designação	Entidade	Montante	Prazo
Aquisição viatura Ford Transit 96-RS-94	FCE - Bank plc	32 250,00	36 m
	Sucursal em Portual		
	Gastos do período	2017	2016
	Amortização capital	10 241,42	3 241,77
	Juros	1 828,36	774,87
	Imposto de selo	73,14	31,00

Os gastos relatados são os decorrentes do empréstimo financeiro contraído em Agosto 2016 com prazo de reembolso de 36 meses para aquisição da viatura referida e estão reflectidas nas respectivas rúbricas da Demonstração de Resultados.

As taxas de juro acordadas são: FIXA TAN: 7,45 % e T.A.E.: 9,01 %

As rúbricas de balanço Financiamentos Obtidos relatam as componentes a Médio e Curto Prazo deste financiamento.

6 – Inventários

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
Existências iniciais	0,00	2 272,36	2 272,36
Compras	0,00	90 834,65	90 834,65
Autoconsumo	0,00	0,00	0,00
Regularizações existências	0,00	0,00	0,00
Existências finais	0,00	1 332,22	1 332,22
Custo do exercício	0,00	91 774,79	91 774,79

O inventário é constituído exclusivamente por géneros alimentares para confecção de refeições.

7 – Rendimentos e gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de contabilidade em regime de acréscimo.

8 – Subsídios e outros apoios das entidades públicas

8.1 Subsídios ao Investimento

Rúbrica	Remodelação	Ampliação	Obras	Equipamento	Aquisição	Aquisição	Total
	das instalações	cozinha	restauro	social	viatura	viatura	
Ano	2001	2005	2006	2009	2014	2017	
Montante	27 628,51	24 000,71	10 506,52	14 362,06	37 250,00	37 250,00	
Subsídio							
Valor atribuído	14 983,94	11 250,00	10 000,00	10 000,00	5 000,00	10 000,00	61 213,94
Saído a 01/01/2017	10 175,46	8 550,00	7 800,00	0,00	4 166,67	0,00	30 692,13
Imputação	299,28	225,00	200,00	0,00	833,33	2 000,00	3 557,61
Saído a 31/12/2017	9 876,18	8 325,00	7 600,00	0,00	3 333,34	8 000,00	29 134,52

A rubrica de balanço Outras Variações de Fundos Patrimoniais é constituída exclusivamente por subsídios ao investimento, reconhecidos em rendimentos numa base sistemática ao longo da vida útil do activo.

8.2 Subsídios á Exploração

Subsídios á exploração	2017	2016
C R Seg Social	81 714,02	83 869,52
Serv Apoio Domiciliário	56 078,00	59 918,40
Centro de Dia	23 365,15	19 517,40
Centro de Convívio	2 270,87	4 433,72
IEFP	0,00	40,66
CEI	0,00	40,66

9 – Benefícios dos empregados

Os membros dos Órgãos Sociais não auferem remuneração ou outros benefícios.

O número médio de empregados durante o período foi de 15.

O montante de 587,84 euros constantes do quadro no nº 10.3 como remunerações a pagar referem-se a remunerações de Dezembro cujos cheques foram apenas descontados no início do mês de Janeiro 2018 não existindo quaisquer dívidas aos trabalhadores.

10 – Outras informações

10.1 Estado e outros entes públicos

Rúbrica	2017		2016	
	Dbt	Crd	Dbt	Crd
Estado e outros entes públicos	0,00	5 505,21	0,00	4 848,59
IRC estimado	0,00	0,00	0,00	0,00
Retenção impostos s/rendimentos	0,00	375,41	0,00	267,04
Imposto s/valor acrescentado (IVA)	0,00	1 928,55	0,00	1 809,70
Contribuições Seg Social	0,00	3 201,25	0,00	2 771,85

Considerada como fora do âmbito da actividade estatutário a Instituição está obrigada á liquidação de IVA pelas refeições fornecidas a entidades externas assim como os resultados desta actividade ficaram sujeitos a tributação em IRC determinado com base nos artºs 53º e 54º do respectivo código.

10.2 Diferimentos

Rúbrica	2017		2016	
	Dbt	Crd	Dbt	Crd
Diferimentos				
Gastos a reconhecer - Activo	1 484,00		1 081,50	
Seguros	1 484,00		1 081,50	
Rendimentos a reconhecer - Passivo		8 004,04		8 355,01
Reembolsos de IVA		7 587,60		7 938,57
Outros		416,44		416,44

A rúbrica Reembolsos de IVA refere-se ao reembolso de IVA pela Autoridade Tributária na aquisição de bens do activo fixo tangível reconhecidos em resultados numa base sistemática de acordo com a vida útil dos bens a que se referem

10.3 Outras activos e passivos correntes

Rúbrica	2017		2016	
	Dbt	Crd	Dbt	Crd
Outros activos correntes	15 745,07		4 649,43	
Adiantamentos ao pessoal	0,00		7,28	
Outros devedores	1 960,49		64,28	
Devedores p/acrécimos rendimentos				
Quotas de utilizadores	10 166,90		376,77	
Reembolsos de IVA	1 350,00		1 723,61	
Acção social escolar	2 267,68		2 477,53	
Outros passivos correntes		27 633,18		27 626,40
Fornecedores de investimentos		0,00		522,75
Remunerações a pagar				
Ao pessoal		587,84		1 178,05
Outros		132,16		1 064,82
Credores por acréscimos de gastos				
Férias + Subs Férias		22 317,96		23 565,18
Trabalhos especializados		553,50		553,50
Honorários		2 400,00		450,00
Electricidade		856,09		0,00
Outros		785,63		292,10



As remunerações a pagar mencionadas no quadro referem-se a remunerações de Dezembro, cujos cheques para pagamento foram entregues aos trabalhadores até 31/12/2017 mas apenas descontados junto da entidade bancária em 03/01/2018, não existindo quaisquer dívidas aos trabalhadores.

A data de facturação das quotas de utilizadores foi alterada, por motivos operacionais, para o 1º dia útil do mês seguinte ao da prestação dos serviços.

O valor constante referem-se aos serviços prestados em Dezembro/17 mas facturadas em Janeiro/18.

10.4 Outros rendimentos

Rúbrica	2017	2016
Outros rendimentos	45 648,13	35 909,89
Desconto p pagameto obtidos	138,49	0,00
Rendas de propried investimento	29 924,08	27 487,32
Correcções exercicio anteriores	0,00	0,00
Imputação de subsídios investimento	3 557,61	1 557,61
Donativos	240,00	1 141,65
Imputação de reembolsos de IVA	350,97	724,86
Imputação reemb IVA prod alimentares	2 302,76	1 016,76
Eventos com recolha de fundos	7 000,00	800,00
Reembolsos de utentes	2 107,80	2 995,50
Outros	26,42	186,19

A rúbrica Rendas de imóveis refere-se ao rendimento por alugueres de imóveis para habitação social (Bairro Social) 24926,80 euros e 4997,28 euros do Posto Clínico.

A rúbrica Imputação de Subsídios ao Investimento considera a amortização de subsidio de 10000 mil euros concedido pela Câmara Municipal de Torres Vedras para aquisição da viatura Ford Transit.

A rúbrica Eventos refere-se aos rendimentos decorrentes da maior participação/realização em 2017 de eventos para recolha de fundos:

- Festa de S. João
- Feira de S. Miguel
- Almoço confraternização das Mulheres de Runa
- Almoço das Famílias
- Almoço de Aniversário da Casa do Povo

A Direcção

O Contabilista Certificado

Paula Henriques dos Santos Pereira Jorge
 Maria Manuel Silva Santos Branco
 Almeida Manuel Sebastião Gomes
 José Fernando Sousa Silva
 Maria de Lurdes Silva
 Manuel Francisco B. da Veiga

RELATÓRIO DA GESTÃO DO ANO DE 2017

Em cumprimento das disposições estatutárias vimos relatar as acções que consideramos mais relevantes no âmbito da gestão levada a efeito durante o período de 2017.

ACTIVIDADE

- O número médio de utentes por Resposta Social teve a seguinte evolução nos últimos cinco anos:

Resposta Social	2013	2014	2015	2016	2017
Serviço Apoio Domiciliário	29	37	33	33	34
Centro de Dia	32	24	24	22	30
Centro de Convívio	9	9	7	7	0

- Manteve-se a indisponibilidade da Segurança Social quanto à revisão dos acordos estabelecidos na Resposta Social de Centro de Dia.
- Deste modo, a instituição tem vindo a realizar todas as acções necessárias a corresponder às exigências da Segurança Social, para uma possível revisão do número de utentes abrangidos em vigor.
- Contudo, importa referir a extinção da resposta social de Centro de Convívio, aumentando assim os utentes em Centro de Dia, mantendo a capacidade exigida, ou seja 30 utentes.
- Mantêm-se o protocolo com a Junta de Freguesia de Runa para a continuidade do fornecimento, ao abrigo do programa de Apoio Social Escolar, aos alunos:

Escola 1.º Ciclo de Runa

Jardim-de-Infância de Runa

embora com a manutenção do preço de reembolso que vem sendo praticado em anos anteriores.

CASA DO POVO DE RUNA

Instituição Particular de Solidariedade Social

Também a APECI continua a privilegiar a nossa capacidade e qualidade para o fornecimento de refeições aos seus utentes. Manteve-se o pagamento do IVA à taxa de 13%.

No seu total, o número de refeições confeccionadas, onde se incluem as dos utentes, teve a seguinte evolução:

2013	2014	2015	2016	2017
85 196	82 259	86 560	81 446	83 539

Por sua vez o número de refeições fornecidas a entidades externas apresenta as seguintes quantidades:

2013	2014	2015	2016	2017
29 712	29 194	31 362	30 124	29 516

Manteve-se a tendência de desaceleração no número de refeições fornecidas a entidades externas que se verifica em 2017 e que contrariou as perspectivas iniciais.

BAIRRO SOCIAL

Na sequência da decisão da Direcção o Bairro Social foi objecto de obras de restauro e melhoramento no montante de 4 748,14 euros.

PESSOAL

Verificou-se a saída por iniciativa própria de 2 colaboradoras.

Pelas funções desempenhadas foram de imediato substituídas sem que por isso se verificasse qualquer alteração na qualidade dos serviços prestados.

INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados num total de 3 912,18 euros assumiram a característica de investimento de substituição de equipamento entretanto incapaz de suprir as necessidades da Instituição.

Procedeu-se ao abate de máquina de lavar roupa que não justificava reparação.

CASA DO POVO DE RUNA

Instituição Particular de Solidariedade Social

RESULTADOS

O quadro a seguir representa a evolução dos resultados da Instituição nos últimos cinco anos

2013	2014	2015	2016	2017
-28 480	-27 606	-18 508	-38 573	-25 228

Constata-se uma evolução favorável dos resultados por comparação com o ano anterior que tiveram a contribuição dos seguintes factores:

Pelo lado dos rendimentos:

Comparticipação Utentes	2016	2017	Var
Serviço Apoio Domiciliário	56 141,71	54 816,33	-2%
Centro de Dia	43 722,30	64 375,07	47%
Centro de Convívio	570,12	310,70	-46%

Manteve-se o volume de participação em SAD com um aumento acentuado em Centro de Dia.

Comparticipação Seg Social	2016	2017	Var
Serviço Apoio Domiciliário	59 918,40	61 176,00	2%
Centro de Dia	19 517,40	19 927,80	2%
Centro de Convívio	4 433,72	610,22	-86%

Refeições	2016	2017	Var
Escolas	86 205,69	89 495,61	3,82%

Apesar da Redução na quantidade fornecida, verifica-se um aumento do rendimento por via do efeito da redução do IVA.

Rúbrica	2017	2016	Var
Outros rendimentos	45 648,13	35 909,89	27%
Desconto p pagameto obtidos	138,49	0,00	100%
Rendas de propried investimento	29 924,08	27 487,32	9%
Imputação de subsídios investimento	3 557,61	1 557,61	128%
Donativos	240,00	1 141,65	-79%
Imputação de reembolsos de IVA	350,97	724,86	-52%
Imputação reemb IVA prod alimentares	2 302,76	1 016,76	126%
Eventos com recolha de fundos	7 000,00	800,00	775%
Reembolsos de utentes	2 107,80	2 995,50	-30%
Outros	26,42	186,19	-86%

CASA DO POVO DE RUNA

Instituição Particular de Solidariedade Social

A rubrica Rendas de propriedade de investimento refere-se ao rendimento por alugueres de imóveis para habitação social (Bairro Social) 24.926,80 euros e 4.997,28 euros do Posto Clinico.

A rubrica Imputação de Subsídios ao Investimento considera a amortização pelo período de 5 anos, de subsídio de 10000 mil euros, atribuído em 2017 pela Câmara Municipal de Torres Vedras para aquisição da viatura Ford Transit, em 2016.

A rubrica Eventos refere-se aos rendimentos decorrentes da maior participação/realização em 2017 de eventos para recolha de fundos:

Festa de S. João

Feira de S. Miguel

Almoço confraternização das Mulheres de Runa

Almoço das Famílias

Almoço de Aniversário da Casa do Povo

Pelo lado dos gastos:

Gastos	2016	2017	Var
Géneros alimentares	86 431,46	91 774,79	6%
Fornec e Serv Externos	57 996,60	62 999,31	9%
Pessoal	169 036,57	173 950,50	3%
Depreciações	35 380,60	35 356,26	0%
Total	348 845,23	364 080,86	4%

Os considerados gastos semi-variáveis – Géneros alimentares, Fornecedores e Serviços Externos – manifestaram a tendência dos rendimentos.

A rubrica gastos de pessoal reflectem os encargos decorrentes da saída de duas colaboradoras.

SITUAÇÃO FINANCEIRA

A Gestão criteriosa dos recursos reflecte-se na continuidade da estabilidade da situação financeira corrente não havendo quaisquer dívidas em atraso para com qualquer entidade ou colaborador.

Continua a ser de realçar a disponibilidade de sócios, utentes, entidades oficiais, órgãos sociais e, muito em especial, dos trabalhadores, para garantir as participar nas iniciativas tendentes a dar continuidade á tradicional qualidade dos nossos serviços reconhecida pelas mais variadas manifestações de apreço por parte daqueles a quem se destinam.

Runa, 14 de Março de 2018

A Direcção

Paula Maria dos Santos Pereira Jorge
José Manuel Silva Santos Branco
José Fernando Sebastião Gomes
Humberto Manuel Sebastião Gomes
Manuel Francisco B. de Almeida
Leandro de Almeida Silva



Fundada em 22 de Dezembro de 1941
Instituição Particular de Solidariedade Social e de Utilidade Pública

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

No cumprimento da alínea b) do artigo 32º dos Estatutos da Casa do Povo de Runa IPSS (adiante designada por "instituição"), o Conselho Fiscal, no exercício das suas competências, vem apresentar o relatório sobre a ação fiscalizadora que efetuou e dar o Parecer sobre o Relatório de Gestão e as Contas apresentados pela Direção, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.

O Conselho Fiscal acompanhou, ao longo do exercício, a atividade da instituição, através de contactos regulares com a Direção, a quem agradece a colaboração que lhe foi prestada, procedendo à verificação dos registos contabilísticos e documentos de suporte, tendo sempre obtido os esclarecimentos, as informações e os documentos solicitados.

Verificámos que as demonstrações financeiras, incluídas no conjunto dos documentos de prestação de contas, foram preparadas de acordo com os normativos contabilísticos em vigor e obedeceram aos preceitos legais adotados, exprimindo dessa forma a correta situação patrimonial da instituição.

Analisámos, também, o Relatório de Gestão da Direção, que relata os aspetos mais significativos das atividades desenvolvidas pela instituição.

Face ao exposto, damos o nosso Parecer no sentido de que sejam aprovados o Relatório de Gestão apresentado pela Direção e as Contas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.

Runa, 28 de Março de 2018

O Conselho Fiscal,

Presidente – Carlos Manuel Ramos Leitão

Vogal – Maria da Graça Batalha Franco Gomes

Vogal – Lina Maria Pinheiro Azevedo